

A DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA UNIVERSIDADE: REFLEXÕES ACERCA DAS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Yeda Mello – UnP – yedamello@unp.br;
Jessica Mendes – UnP – jessicris@unp.br;
Edilaine Lins Gouveia – UnP – edilainegouveia@unp.br;
Fernando Soares Júnior – UnP – juniior@unp.br;
Manuella Freire – Unp – alleunam@unp.br
Mohaby Silvestre – UnP – mohaby@unp.br;
Ubiracy Acyoli – UnP – bira_psicologia@unp.br

INTRODUÇÃO

No que se refere ao ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior, verifica-se que esse processo se dá em um número reduzido. As pesquisas acerca da temática são escassas, reflexo do desinteresse político, social e psicopedagógico diante da deficiência.

Isso posto, essa pesquisa visa investigar os procedimentos e intervenções metodológicos utilizados por quatro professores do ensino superior da Universidade Potiguar para o aprendizado de alunos com deficiência auditiva. Por meio de um estudo de caso de dois alunos surdos dessa instituição tendo como base de dados e objeto de análise as entrevistas aos atores envolvidos nesse processo educacional, bem como observações. Buscamos, portanto, descrever qual a concepção que essa equipe pedagógica tem da Educação Inclusiva, listar quais as estratégias metodológicas de ensino, além de identificar as ações facilitadoras e os obstáculos encontrados nesse contexto.

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: BREVE HISTÓRICO

Durante o século XVIII até o século XX predominava a Escola Tradicional, para qual o conhecimento era visto como instrumento de controle ao mal existente naturalmente no homem. Neste momento, os conhecimentos da Psicologia não eram necessários, pois se acreditava que a essência da educação era disciplinar os alunos. Durante o século XX, marcado por grandes transformações mundiais, surge a Escola Nova, com uma nova concepção de infância, segundo a qual o aluno deve ser exposto a situações pedagógicas que mantenha a expressão espontânea de bondade. A Psicologia teve nesse contexto o papel de descrever o desenvolvimento natural da criança para que o processo pedagógico a mantivesse dentro os moldes do padrão estabelecido (BOCK, 2003).

Enquanto a Escola Tradicional reproduziu o modelo aristocrático de hierarquização e naturalização das diferenças sociais, a Pedagogia da Escola Nova contribuiu para explicar as desigualdades localizando única e exclusivamente no aluno a causa do seu insucesso. Percebe-se, assim que, a educação é um processo social que trabalha de acordo com os interesses das classes dominantes. Interesses estes que variam ao longo do tempo. A Psicologia entra na Educação com uma perspectiva curativa, e tudo o que aparece como diferente torna-se patologia, buscando assim a superação de dificuldades individuais. E através de instrumentos científicos, a Psicologia classificava os alunos em dotados e alunos problemas. Responsabilizar o sujeito pela preguiça ou hiperatividade, é mais fácil do que problematizar o ensino e até a sociedade, ou mesmo buscar compreender a subjetividade (BOCK, 2003).

Bock (2003) critica a cumplicidade que a Psicologia estabeleceu com a ideologia vigente. A propagação do desenvolvimento intelectual como natural, o fracasso sendo fruto do sujeito e não da metodologia pedagógica, as idéias científicas categorizando e patologizando os sujeitos, além da negação do processo social enfatizando a individualização, só vieram a contribuir com a produção ideológica de culpabilização do sujeito e de ocultação da existência de desigualdades sociais, fatos marcantes na identidade da nossa educação.

A intervenção da Psicologia no âmbito escolar deve, na contemporaneidade, desvincular-se dos paradigmas naturalizantes e do olhar terapêutico existente na Psicologia Tradicional, passando a enxergar a educação como um processo social e político. E qual modelo social e político com o qual a Psicologia deveria se compromissar?

Silva, M. (2008) ao indagar sobre como o conhecimento psicológico pode enriquecer a reflexão sobre Direitos Humanos e, pensando que a violação de Direitos Humanos envolve sofrimento mental, propõe que a bandeira da Psicologia seja, justamente, o “enfrentamento ao sofrimento mental”. Desse modo, em seu texto, ele atribuiu como uma das grandes tarefas da Psicologia “elucidar lugares (...) que o sofrimento mental é fruto das formas de institucionalização, organização.” (p.25).

Um dos lugares que produz sofrimento mental é, sem dúvida, os estabelecimentos educacionais. E a própria Psicologia, com seus conhecimentos científicos com enfoque basicamente individualista, muito contribuiu para que esta instituição se organizasse de forma cruel e excludente. Observe o trecho a seguir:

Afinal de contas, uma classe especial nunca foi pensada como um espaço de tortura ou privação das crianças, colocando-as em contextos empobrecidos de desenvolvimento. Mas efetivamente é isso. (SILVA, M., 2008, p.26)

Na perspectiva de enxergar os estabelecimentos educacionais como um reflexo das desigualdades sociais, buscando a superação da culpabilização dos fracassos no sujeito, surge a Inclusão Educacional como uma possibilidade de equidade social.

INCLUSÃO E CONCEPÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Para que se possa ultrapassar a visão restrita de Inclusão, como inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, os profissionais envolvidos no processo de educação devem assumir o compromisso social e adotar estratégias que viabilizem uma educação igualitária, entendendo assim por Inclusão Educacional, a democratização do acesso à educação de qualidade. (MRECH, 1999)

Propõe-se que a concepção sócio-histórica garante oportunidades iguais aos alunos, respeitando suas individualidades, como prevê a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), já que Vygotsky entende o sujeito como um ser ativo, cujo pensamento é construído num ambiente que é histórico, e em essência social. Enfatizando ainda que o acesso ao ambiente deve disponibilizar instrumentos e símbolos que garantam a relação entre a maturação biológica e condições sociais, que proporcione desenvolvimento às novas e complexas funções mentais.

A necessidade de superar olhar o sujeito enquanto único responsável pelo seu sucesso e fracasso, parte justamente de o social ser uma condição necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades. É na chamada Interiorização Progressiva – em que o sujeito se apropria do social de uma forma particular – que se constrói a

consciência de si e do mundo, bem como, o caráter de agente transformador. O pressuposto teórico dessa concepção enunciada por Vygotsky, credita ao sistema educativo condições de manifestar potenciais criativos na relação social (SILVA, L., 2008).

É a partir desse marco teórico, sócio-histórico diante a linguagem, aprendizagem e desenvolvimento proposto por Vygotsky que pretendemos avaliar como as estratégias de ensino vêm favorecendo ou dificultando a Inclusão de Pessoas com Deficiência Auditiva no Ensino Superior.

Freitas (2002) nos traz que os estudos qualitativos com o olhar da perspectiva sócio-histórica, ao valorizarem os aspectos descritivos e as percepções pessoais, focalizam o particular como instância da totalidade social, procurando compreender também o contexto do fenômeno, descrevendo e procurando relações.

Vygotsky (apud FREITAS, 2002), baseando-se na abordagem materialista dialética, considera que a conduta humana não é apenas o produto da evolução biológica com suas funções psicofisiológicas, mas também é produto do desenvolvimento histórico-cultural.

A perspectiva sócio-histórica procura, portanto, “refletir o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente aspectos externos com os internos, considerando a relação do sujeito com a sociedade à qual pertence” (FREITAS, 2002, p.22)

Vai-se ao campo com uma preocupação inicial, um objetivo central, uma questão orientadora. As questões formuladas para pesquisa se orientam para a compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. De acordo com Freitas (2002), nas ciências humanas o objeto de estudo é o homem, sujeito com o qual se estabelece um diálogo, essa relação perpassa uma orientação dialógica. Sendo assim, o pesquisador faz parte da situação de pesquisa, considerado também elemento de análise. Observações, entrevistas, ou seja, os dados dessa coleta passam pela análise em busca de similaridades e particularidades.

Importante ressaltar que, pesquisador e pesquisado, passam nesse processo por momentos de aprendizagem e transformações.

Com base no que foi exposto, a pesquisa qualitativa com enfoque sócio histórico envolve “a arte da descrição complementada pela explicação” (FREITAS, 2002, p. 26)

METODOLOGIA

PARTICIPANTES:

A pesquisa contou com participação voluntária de 04 professores, 1 lecionando no curso de Educação Física e 03 no curso Gastronomia. Todos os professores entrevistados são graduados em um curso superior, mas não necessariamente teve sua formação dentro do curso em que leciona, tendo os entrevistados formação em Educação Física, Turismo, Nutrição e Psicologia.

Todos os professores haviam tido a experiência de lecionar para alunos com Deficiência Auditiva em outra ocasião. E nenhum dos professores entrevistados tem o domínio sobre a Língua Brasileira dos Sinais (LIBRAS) e declaram-se despreparados para trabalhar com esse público. Um dos professores declarou sua frustração por não haver uma comunicação direta com o aluno

Os alunos possuem deficiência auditiva em diferentes níveis. E estão em períodos diferentes da graduação. O aluno do curso de Gastronomia que acompanhamos está no segundo período. Por não ser oralizado comunica-se através de LIBRAS sendo o seu Intérprete mediador da comunicação entre aluno-professores e aluno-aluno. Já o

aluno de Educação Física está no último período e é oralizado, se comunicando através da fala oral e da linguagem dos sinais.

PROCEDIMENTO:

A coleta de dados incluindo aqui observações e entrevistas com os participantes da pesquisa, foram realizados nas dependências da Universidade Potiguar durante o mês de agosto do ano de 2009. As entrevistas eram áudio gravadas e vídeo gravadas, para professores e alunos respectivamente. Os professores, após a aula observada concediam as entrevistas, já com os alunos foi preciso agendar em um outro horário, à tarde.

RESULTADOS:

As respostas obtidas foram organizadas em: 1) Conceito de Inclusão Educacional; 2) Estratégias de ensino adotadas pelos educadores; 3) limites e possibilidades diante à educação inclusiva, através da Análise de Conteúdo.

Com relação à concepção acerca da Inclusão Educacional existe concordância entre os professores entrevistados que a definem como meio de colocar dentro do processo educativo, através de mecanismos que criem oportunidades igualitárias, aqueles que por alguma peculiaridade encontra-se fora deste contexto. Todos os professores entrevistados declararam considerar imprescindível a inclusão de alunos com DA no ensino superior.

Na fala dos entrevistados acaba refletindo a idéia social de trazer para o nosso contexto os segregados, os que fogem aos padrões de normalidade previamente estabelecidos, por terem alguma deficiência ou serem diferentes. É necessário ultrapassar o discurso da igualdade de oportunidades como sinônimo de inclusão, pois esse discurso nega as diferenças sociais, sendo necessário rever a democracia vivenciada.

Um dos professores entrevistados relata que as dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência, acompanha essa temática desde os anos escolares até a academia, e só recentemente esta problemática passou a ser discutida e tem se visto o ingresso de alunos com alguma deficiência no ensino superior, existindo despreparo dos educadores em todas as etapas desse processo educacional em lidar com o aluno deficiente.

Tem-se com o grande desafio à Inclusão Educacional o sistema de ensino, que cria espaços de segregação, justificando a ausência do atendimento a pessoas com deficiência no despreparo dos professores. Sendo necessário redefinir conceitos e ações na educação (Mantoan, 2005). Não é preciso se preparar para receber, é preciso receber e qualificar cada relação de ensino-aprendizagem.

Dentre os entrevistados, um dos professores acredita que dentro de um contexto de ensino superior as diversidades são inúmeras e cabe ao educador uma postura facilitadora a fim de flexibilizar suas ações para que não haja interferência na turma e pela turma na construção desse processo. Os outros professores declararam ser necessário por parte do educador estar preparado para o contato com esse público, gerando a necessidade de qualificação por parte dos profissionais, conferindo ao profissional o privilégio de lidar com a diferença, conferindo um desafio positivo para o profissional enquanto educador.

Existe por parte dos próprios educadores, a percepção da necessidade de qualificar-se para o atendimento a demanda do aluno surdo. Todos os profissionais já tiveram anteriormente experiências educacionais com outros alunos surdos, cabendo então questionar em que medida a necessidade de qualificação devido a fatores situacionais implicam na real capacitação do profissional?

A respeito das implicações do aprendizado de alunos com deficiência auditiva, para um dos professores entrevistados, o aprendizado dos alunos com deficiência auditiva fica prejudicado especialmente para os que estudam no turno da noite, por eles virem de um dia de atividades. A maioria dos alunos que optam por este turno trabalha, e isso acarreta em um cansaço. Como os alunos com D.A não dispõem do recurso auditivo para a complementação da mensagem o que o deixa em desvantagem em relação aos demais alunos, fazendo com que procure o professor no final da aula para tirar algumas dúvidas.

Sobre o mesmo tema, um outro professor afirma que é importante que o tradutor entenda o que está sendo falado para que ele possa transmitir ao aluno o que está sendo ensinado em sala, sendo esta a sua preocupação. Policiar-se para não falar de costas para aluno e modo pausado para que aluno com DA e intérprete consigam acompanhar o que está sendo dito.

No que diz respeito às estratégias de ensino, os professores entrevistados não mudam a método de ensino para determinada sala por existir um aluno com DA. Acreditam que utilizar uma metodologia diferenciada seria reforçar ainda mais o preconceito direcionado a pessoas com D.A. mudando apenas a dinâmica: voz, posicionamento e ritmo da aula.

Tem-se nas entrelinhas da fala dos educadores a associação da deficiência a diferença e sendo ambos algo negativo ao sujeito. Percebe-se também que existe sempre a necessidade do aluno com DA ou o intérprete em acompanhar o ritmo da turma. Não se discute a inclusão do ponto de vista do surdo, no sentido de trazer o ouvinte para o seu mundo, de modo que toda a sala, educadores, alunos ouvinte e surdos possam comunicar-se através da língua de sinais, mas exige-se que surdos tenham aptidões que estão além de suas possibilidades orgânica, físicas e biológicas. Ou seja, a responsabilização do processo de aprendizagem nessa inclusão é sempre do outro, seja esse o aluno com DA ou intérprete, culpabilizando-os do sucesso ou fracasso.

Sobre este eixo Mantoan (2005) coloca como critério a efetiva inclusão a adequação das práticas pedagógicas diversificadas para assim atender a todos e ocorra a aprendizagem. Ultrapassando uma visão restrita de Inclusão, como inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, devendo os profissionais envolvidos no processo de educação assumir o compromisso social e adotar estratégias que viabilizem uma educação inclusiva, entendendo aqui por Inclusão Educacional, a democratização do acesso à educação de qualidade.

Os professores utilizam como instrumentos ao aprendizado slides de fácil visualização e procuram falar de frente para o aluno. No caso dos professores que tem o intérprete como mediador da informação os professores procuram direcionar a fala ao intérprete. E conversa com o intérprete, verifica se ele está compreendendo o assunto dado, já que ele deverá antes entender para transmitir o que foi para a Língua de Sinais e se o desempenho do professor está atendendo as necessidades do aluno em termos de posicionamento em classe, método avaliativo e entonação e velocidade da voz.

Para a elaboração das atividades avaliativas, segundo os professores entrevistados o intérprete é consultado antes da elaboração da avaliação para se tomar conhecimento dos limites e possibilidade do aluno surdo. Desta forma, as provas para os alunos com DA são diferenciadas, priorizando questões mais objetivas, mas tendo o cuidado para que o nível de cobrança não seja menor que a prova dos alunos ouvintes, para que não seja minimizada a capacidade cognitiva do aluno surdo.

Utiliza-se sempre de metodologias universalizadas e homogêneas, como se a aprendizagem fosse um único processo e resultado. Como se ensinar fosse apenas a

transmissão de conhecimentos, um papel que pode ser assumido por qualquer ator social envolvido na Inclusão. (MARTINEZ, 2005).

Na percepção dos professores não há preconceito por parte dos colegas de sala, um dos professores diz preferir não interferir na dinâmica da sala, não sugerindo mudanças de grupos de trabalho para evitar situações constrangedoras. Um dos professores ressaltou em sua fala a existência de respeito para com o aluno deficiente.

Segundo os professores entrevistados não há prejuízo ao rendimento acadêmico em decorrência da surdez. Um dos professores diz preferir não fazer comparações entre rendimento de ouvintes e surdos, mas de avaliar o desempenho do aluno dentro de sua própria trajetória. Um outro professor que acompanha um dos alunos, diz que procura ficar mais atento quanto a frequência do aluno com DA, já que este foi reprovado na disciplina em outra ocasião.

Relacionado a presença de um aluno com deficiência em sala e as vantagens e desvantagens percebidas por este educador, um dos entrevistados trás como uma possível desvantagem o preconceito por parte dos alunos no que se refere à comunicação do aluno com DA, por sua verbalização ser mais lenta que a do aluno ouvinte ou ainda o fato de por algumas vezes o professor ter que repetir o assunto a pedido do aluno com DA. No entanto, o fato de repetir ou não o conteúdo pode ocorrer tanto para alunos ouvintes como para surdos. Os demais professores declararam não haver prejuízo nenhum segundo sua percepção.

Mrech (1999) vem definir como o paradigma da Educação Inclusiva, a criação de ambientes em que as pessoas com deficiência desenvolvam ao máximo suas potencialidades, junto aos colegas ditos normais. A efetiva participação a dinâmica da sala de aula é algo importante, não se limitando a adaptação de um sujeito ao outro, mas a possibilidade à construções de um com o outro.

A vantagem vista pelos profissionais entrevistados está no fato de o aluno com DA ser tido como uma lição de vida por toda a sua trajetória até a chegada ao ensino superior, por ter chegado na universidade apesar de todos os obstáculos impostos pela sociedade, sendo um instrumento motivacional para os outros alunos bem como para os educadores.

Quando questionados quanto a sua percepção enquanto educadores acreditam que é preciso estar se qualificando constantemente para atender a nova demanda, abrindo-se a novos aprendizados e sempre estar criando novas possibilidades de atuação conferindo um desafio o profissional.

Além de uma 'lição de vida motivacional', o encontro com essa nova situação e até mesmo a repetição de conteúdos possibilita a contínua aprendizagem e crescimento profissional dos professores e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, há a preocupação da equipe pedagógica em facilitar esse processo de inclusão, através da produção e análise diferenciada das provas. Porém, a estratégia metodológica em sala de aula não distingue, fato justificado no despreparo profissional. Sendo o intérprete e o próprio sujeito suas ferramentas de aprendizagem. Recorrendo assim a responsabilização do sujeito por suas possibilidades e fracassos.

Partindo da concepção da educação como um processo social e instrumento para que seja viabilizada a equidade, percebemos como pontos fundamentais a responsabilidade e o compromisso de instituições de ensino: preparar o sujeito que nela se insere, para refletir e posicionar-se de forma crítica diante dos fatos sociais. Para que isso ocorra faz-se necessário por parte dos agentes envolvidos no processo pedagógico

inclusivo a adoção de medidas alternativas e o olhar sobre o espaço educacional como meio de encontro das diversidades.

Em se tratando dos agentes envolvidos, se faz necessário, também, que se volte a atenção ao papel e função que o intérprete vem desempenhando, sendo por tanto, essa sugestão à novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercê Bahia. Psicologia da Educação: Cumplicidade Ideológica. In: MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (Org.) **Psicologia Escolar: Teorias Críticas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2002, n.116, pp. 21-39. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200002&script=sci_abstract&tlng=en> Acesso em 03 de setembro de 2009

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/art_caminhos_pedagogico_da_inclusao.asp> Acesso em: 10/06/2005

MARTINEZ, Albertino Mitjás (org). Inclusão Escolar: desafios para o psicólogo. IN: **Psicologia escolar e compromisso social**. SP. Ed. Alínea, 2005.

MRECH, Leny Magalhães. **Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?** Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/art_ei_realidade_ou_utopia.asp?f_id_artigo=61> Acesso em 06 de outubro de 2007. Trabalho apresentado no evento do LIDE, Seminário EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REALIDADE OU UTOPIA?, no dia 05 de Maio de 1999, no auditório da Faculdade de Educação da USP.

NEVES, Marisa Brito da Justa. Por uma Psicologia Escolar Inclusiva. IN: **Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, Direitos Humanos na escola**. SP: Casa do Psicólogo, 2008.

SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira. A Psicologia, os psicólogos e a luta pelos humanos: da reflexão a ação. IN: **Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, Direitos Humanos na escola**. SP: Casa do Psicólogo, 2008.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. A concepção sócio-histórica e suas implicações para o trabalho pedagógico com crianças cegas. IN: **Inclusão: Uma questão, também, de visão. O aluno cego na escola comum**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.